

Assembleia Legislativa do Amapá

ALAP

Analista Legislativo: Atividade Legislativa
Especialidade: Técnico Legislativo

ST014-N9

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Assembleia Legislativa do Amapá

Analista Legislativo: Atividade Legislativa Especialidade: Técnico Legislativo

Edital Nº 01/2019 de Abertura do Concurso

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Raciocínio Lógico-Matemático - Profº Bruno Chieregatti e João de Sá Brasil
História - Profº Heitor Ferreira
Geografia - Profº Heitor Ferreira
Redação Legislativa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Técnica Legislativa e Processo Legislativo - Profª Marcela Almendros
Direito Constitucional - Profº Fernando Zantedeschi
Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública - Profª Bruna Pinotti

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina
Christine Liber
Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Thais Regis
Renato Vilela

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br
sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Argumentação. Pressupostos e subentendidos. Níveis de linguagem.....	01
Ortografia e acentuação.....	12
Articulação do texto: coesão e coerência.....	18
Classes de palavras.....	19
Sintaxe. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.....	57
Discurso direto e indireto.....	66
Tempos, modos e vozes verbais. Flexão nominal e verbal.....	19
Concordância nominal e verbal.....	67
Regência nominal e verbal.....	74
Ocorrência da Crase.....	79
Pontuação.....	81
Equivalência e transformação de estruturas. Redação.....	84

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações.....	01
Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas.....	21
Sistemas de medidas: medidas de tempo; sistema decimal de medidas; sistema monetário brasileiro.....	32
Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	41
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	41
Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.....	41

HISTÓRIA

Colonização da região do Amapá e grupos étnicos.....	01
Disputas territoriais e conflitos estrangeiros no Amapá.....	02
História econômica da região do Amapá: do século XIX ao XXI.....	02
História política do Amapá: século XX.....	03
A Cabanagem no Amapá.....	04
A Criação do Território Federal do Amapá.....	05
A criação do Estado do Amapá.....	06
Manifestações populares e sincretismo cultural no Amapá.....	06

SUMÁRIO

História da Região Norte.....	06
O patrimônio histórico do Amapá.....	07

GEOGRAFIA

O espaço natural do Amapá (noções de relevo, clima, vegetação e hidrografia do estado).....	01
O meio ambiente.....	02
A população do Amapá: crescimento, distribuição, estrutura e movimentos.....	03
A população indígena.....	04
O espaço econômico: atividades agropecuárias, extrativistas e industriais e de serviços.....	05
O desenvolvimento econômico do Amapá.....	06
O estado do Amapá no contexto brasileiro.....	06

REDAÇÃO LEGISLATIVA

Redação parlamentar. Discurso parlamentar: o discurso e a comunicação; o discurso político; estrutura do discurso; persuasão e eloquência. Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística aplicados ao discurso legislativo.	01
Funções da linguagem; níveis de linguagem;.....	01
Análise de gêneros e estilos de textos; textos objetivos e subjetivos; textos informativos, didáticos, argumentativos, apologéticos e elegíacos; a racionalidade e a emotividade, a pessoalidade e a impessoalidade na criação de textos;.....	04
Denotação e conotação;.....	11
Figuras de linguagem;.....	12
Vícios de linguagem.....	17
Retórica e teoria da argumentação. Fundamentos de retórica. Teoria da argumentação: formas de raciocínio; raciocínio e argumento; dedução e indução; o raciocínio categórico-dedutivo. Vícios de raciocínio: tautologia; generalização falsa; conclusão não decorrente; analogia impropriedade; ausência de conclusão; sofisma.....	18
Produção de textos. Elementos estruturais do texto: frase, oração e período; coordenação e subordinação; parágrafo-padrão e tópico frasal;.....	25
Coesão textual: anafóricos e articuladores; coerência textual: metarregras da repetição, progressão, não contradição e relação. Aspectos intrínsecos (conteúdo e essência) e extrínsecos (forma e estilo) do texto: qualidades de harmonia, coesão, coerência, concisão, objetividade e clareza, correção gramatical e domínio do tema; vícios de prolixidade, linguagem rebuscada, verbosidade, frases e períodos muito longos, uso exagerado de chavões ou clichês; pensamento superficial; frágil argumentação.....	37
Manual de Redação da Presidência da República (3ª ed., 2018).....	42

SUMÁRIO

TÉCNICA LEGISLATIVA E PROCESSO LEGISLATIVO

Poder Legislativo: Órgãos internos das Casas Legislativas. A Mesa e sua composição. O Plenário e sua composição.....	01
Comissões Parlamentares Permanentes e Temporárias. Comissões Parlamentares de Inquérito.....	04
Mandato Parlamentar (federal, estadual e municipal).....	07
Iniciativa no processo legislativo: Executivo, Legislativo, Judiciário. Iniciativa popular. Iniciativa reservada.....	10
O processo de emendas: espécies, titularidade, objeto, conteúdo, natureza e momento.....	11
Proposições legislativas: espécies e diferenças. Fases da elaboração legislativa.....	15
Incidentes no processo legislativo. Da Sanção. Do Veto. Da Promulgação. Da Publicação.....	16
Decreto Legislativo.....	18
Lei Complementar nº 95/1998 (técnica legislativa).....	20
Constituição Federal (Título IV, Capítulo I) e Constituição do Estado do Amapá (Título V, Capítulo I).....	23
Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá- Resolução nº 91, de 26.04.2006 (Títulos II, V, VII e VIII).....	32

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações. Supremacia da Constituição.....	01
Aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. Poder constituinte. Características. Poder constituinte originário. Poder constituinte derivado.....	03
Constituição Federal de 1988: Princípios.....	10
Direitos e garantias fundamentais.....	12
Organização do Estado. Organização político-administrativa. Estado federal: União. Estados-membros. Distrito Federal. Municípios. Territórios. Administração pública.....	23
Organização dos Poderes. s. Poder legislativo: Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo: Organização e competências. Poder Judiciário: organização e competências. Funções essenciais à justiça.....	37
Mecanismos de freios e contrapeso.....	62
Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado do Amapá. Organização e competências (arts. 70 a 75 da Constituição Federal e arts. 111 a 114 da Constituição do Estado do Amapá).....	64
Ministério Público: organização e competências. Advocacia pública. Procuradoria do Estado do Amapá e Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá: organização e competências.....	71
Controle de constitucionalidade: Exame in abstracto da constitucionalidade de proposições legislativas.....	73
Sistema tributário nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da União, dos estados e dos municípios.....	78
Finanças públicas. Normas gerais. Orçamento.....	89

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública: conceito	01
Princípios básicos do arts. 37 e 38 da Constituição Federal de 1988 o princípio da segurança jurídica; princípio da indisponibilidade do interesse público; princípio da supremacia do interesse público; princípio da finalidade e princípio da continuidade do serviço público;	02
Distinção entre ente federativo, governo e administração pública;.....	07
Organização administrativa: Administração direta e indireta.....	08
A estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (Lei nº 2.382, de 21.11.2018 e Resolução nº 91, de 26.04.2006 – Regimento Interno ALAP);.....	17
Atos administrativos: conceito, elementos, atributos, pressupostos e classificação dos atos administrativos; relação entre motivo e motivação dos atos administrativos; teoria dos motivos determinantes; atos administrativos discricionários e vinculados;.....	21
Controle da administração pública; controle administrativo: controle hierárquico e finalístico;.....	21
Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;.....	30
Controle legislativo; o Tribunal de Contas do Estado do Amapá (arts. 111 a 114 da Constituição do Estado do Amapá); controle judicial; controle popular.	31
Licitação: conceito, princípios, finalidades, objeto, modalidades; Lei nº 8.666, de 21.6.1993;.....	44
Lei nº 10.520/2002.....	44
Contratos administrativos: conceito, características e interpretação; formalização; execução, inexecução, revisão e rescisão.....	47
Agentes públicos: conceito; espécies; classificação; regime de direito público e contratual;.....	47
Servidores públicos (arts. 37 a 42 da Constituição Federal e arts. 47 ao 74 da Constituição do Estado do Amapá); Os conceitos de efetividade, estabilidade e disponibilidade; responsabilidade civil, penal e administrativa; sindicância e processo administrativo disciplinar.....	51
Direitos e vantagens dos servidores públicos civis do Estado do Amapá (Lei (Estadual) nº 066, de 03 de maio de 1993);.....	60
Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 2.6.1992.....	63
Lei de Acesso Informação (Lei nº 12.527, de 18.11.2011).....	65

ÍNDICE

TÉCNICA LEGISLATIVA E PROCESSO LEGISLATIVO

Poder Legislativo: Órgãos internos das Casas Legislativas. A Mesa e sua composição. O Plenário e sua composição.....	01
Comissões Parlamentares Permanentes e Temporárias. Comissões Parlamentares de Inquérito.....	04
Mandato Parlamentar (federal, estadual e municipal).....	07
Iniciativa no processo legislativo: Executivo, Legislativo, Judiciário. Iniciativa popular. Iniciativa reservada.....	10
O processo de emendas: espécies, titularidade, objeto, conteúdo, natureza e momento.....	11
Proposições legislativas: espécies e diferenças. Fases da elaboração legislativa.....	15
Incidentes no processo legislativo. Da Sanção. Do Veto. Da Promulgação. Da Publicação.....	16
Decreto Legislativo.....	18
Lei Complementar nº 95/1998 (técnica legislativa).....	20
Constituição Federal (Título IV, Capítulo I) e Constituição do Estado do Amapá (Título V, Capítulo I).....	23
Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá- Resolução nº 91, de 26.04.2006 (Títulos II, V, VII e VIII).....	32

PODER LEGISLATIVO: ÓRGÃOS INTERNOS DAS CASAS LEGISLATIVAS. A MESA E SUA COMPOSIÇÃO. O PLENÁRIO E SUA COMPOSIÇÃO.

O Poder Legislativo no âmbito Federal

O Poder Legislativo Federal é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe de duas casas legislativas: a **Câmara dos Deputados** e o **Senado Federal**. Assim o Poder Legislativo Federal é **bicameral**, duas Casas Legislativas. São funções típicas do Poder Legislativo **legislar e fiscalizar**. Vejamos:

A função Legislar	A função Fiscalizar
<p>edição de atos normativos primários, que são aqueles cujo fundamento decorre diretamente da Constituição Federal, e que podem instituir direitos ou criar obrigações.</p> <p>O conjunto ordenado de atos por que passa a proposição normativa, até que se torne uma norma, é chamado de processo legislativo. O processo legislativo compreende a elaboração de:</p> <p>Emendas à Constituição Leis complementares Leis ordinárias Leis delegadas Medidas provisórias Decretos legislativos Resoluções</p>	<p>os cidadãos — diretamente ou por meio de seus representantes eleitos — podem fiscalizar o governo, verificando a adequada aplicação dos recursos públicos e o respeito às normas.</p> <p>Conforme o art. 49, inciso X, da Constituição Federal, o Senado Federal, como componente do Congresso Nacional, tem a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.</p> <p>Mediante controle externo, o Congresso Nacional deve realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta. No cumprimento dessa função, o Congresso Nacional conta ainda com o apoio do Tribunal de Contas da União.</p> <p>A Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado Federal preveem várias formas de os senadores atuarem na fiscalização. Veja abaixo algumas possibilidades e exemplos obtidos na busca feita no portal da Atividade Legislativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Requerer informação a ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República. - Apreciar contas da Presidência da República. - Fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo. - Avaliar políticas públicas. - Constituir comissões parlamentares de inquérito (CPI).

A) A Câmara dos Deputados

é formada por representantes do povo (Deputados). A representação de Deputados por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, que será proporcional à população, de maneira que nenhuma unidade da federação terá menos de oito e mais que setenta Deputados

Os Deputados são eleitos pelo sistema eleitoral proporcional, para mandato de quatro anos, permitidas ilimitadas reconduções ao poder.

B) O Senado Federal

compõem-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos no sistema eleitoral majoritário simples. Cada Estado/Distrito Federal elege três Senadores (totalizando, assim, oitenta e um Senadores), para mandato de oito anos, renovando-se o Senado a proporções de um terço e dois terços (isto é, se na eleição atual se elege um Senador, significa que na eleição seguinte se elegerá dois Senadores. Jamais se elege três Senadores ao mesmo tempo). Por fim, vale lembrar que cada Senador será eleito com dois suplentes (os quais não são votados).

Disso infere-se que o número de Deputados Federais varia de Estado para Estado, enquanto o número de Senadores é sempre o mesmo por Estado, a saber, três. Tal fato se dá porque, enquanto são os Deputados os representantes do povo, são os Senadores os representantes dos Estados/Distrito Federal.

As competências privativas do Senado Federal estão dispostas no artigo 52 da Constituição Federal. São elas:

- Processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os ministros de Estado e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

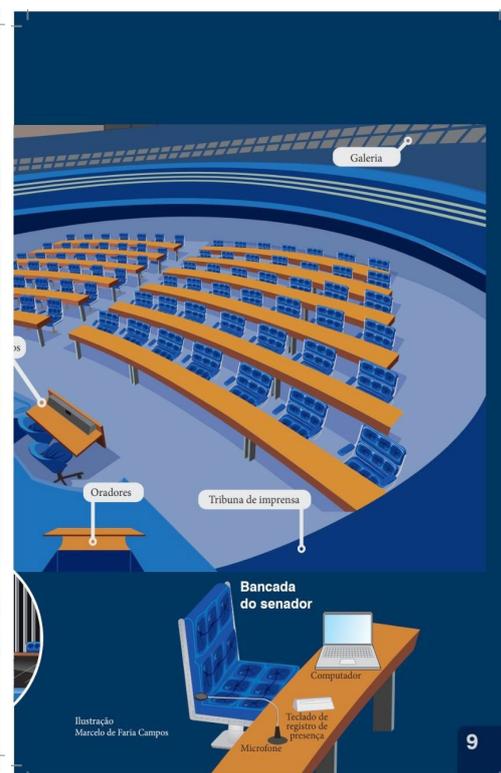
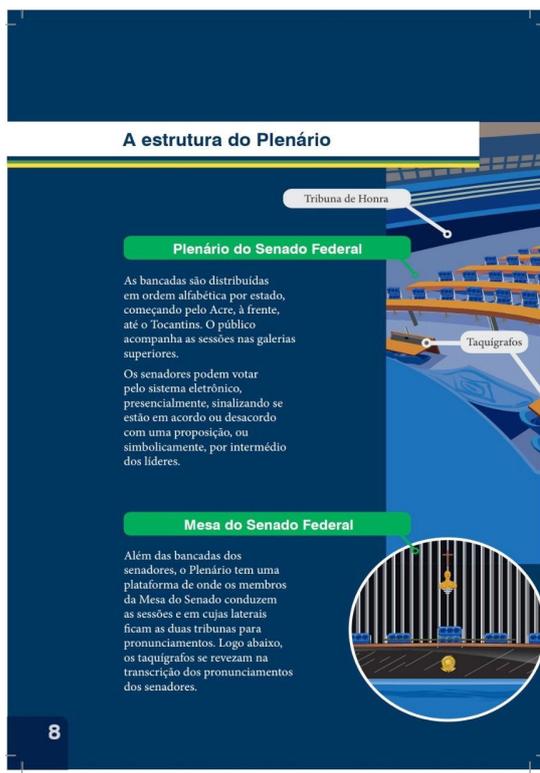
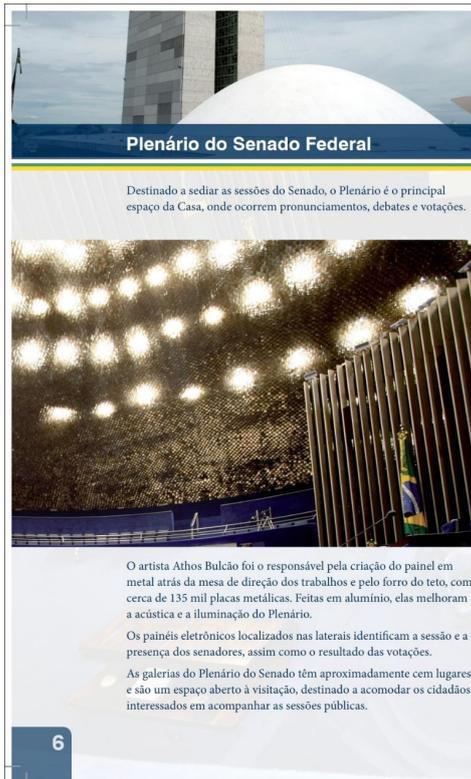
- Processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União nos crimes de responsabilidade;
- Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição, a escolha de:
 - a) magistrados, nos casos estabelecidos pela Constituição;
 - b) ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo presidente da República;
 - c) governador de território;
 - d) presidente e diretores do Banco Central;
 - e) procurador-geral da República;
 - f) chefes de missão diplomática de caráter permanente (embaixadores); e
 - g) titulares de outros cargos, conforme a lei.
- Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;
- Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;
- Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
- Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do procurador-geral da República antes do término de seu mandato;
- Elaborar seu regimento interno;
- Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Eleger membros do Conselho da República; e
- Avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.

As funções do Senado Federal são exercidas pelos senadores da República, que são eleitos segundo o princípio majoritário para representarem os estados e o Distrito Federal. Cada estado e o Distrito Federal elegem três senadores para um mandato de oito anos. A renovação da representação se dá a cada quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Cada senador é eleito com dois suplentes.

Para exercer suas atribuições, o Senado se organiza em órgãos colegiados. Os principais são o **Plenário e as comissões**.

Plenário	Comissões
No Plenário, ocorre a reunião de todos os senadores. É a instância máxima de deliberação. Seus trabalhos são dirigidos pela Mesa (Comissão Diretora), que é composta de presidente, dois vice-presidentes, quatro secretários titulares e quatro suplentes. Todos eleitos para mandato de dois anos	As comissões podem ser permanentes ou temporárias. As permanentes são definidas no Regimento Interno, que estabelece sua quantidade, composição e área temática . As temporárias têm suas características definidas no respectivo ato de criação . Dentre as atribuições específicas das comissões, destacam-se a competência para apreciar terminativamente (dispensada a atuação do Plenário) algumas proposições e para investigar fato determinado no âmbito de comissão parlamentar de inquérito.

Entre os outros órgãos do Senado, estão blocos, lideranças, Corregedoria, Ouvidoria, procuradorias, fóruns, conselhos, frentes e grupos.



Fonte: <https://www2.congressonacional.leg.br/visite/arquivos/o-senado-federal>



FIQUE ATENTO!

O plenário é o órgão máximo de deliberação, onde as proposições em tramitação são discutidas e votadas. Nas comissões, as propostas são analisadas por grupos menores de parlamentares, devendo aprofundar o debate dos assuntos antes de serem encaminhados ao plenário.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. Ano: 2019 Banca: IBFC Órgão: CGE - RN Prova: IBFC - 2019 - CGE - RN - Analista Contábil

Assinale a alternativa que indica uma matéria compatível com a edição de medidas provisórias:

- a) carreira dos membros do Ministério Público
- b) detenção de ativo financeiro
- c) organização do Poder Judiciário
- d) majoração de impostos

Resposta: Letra D.

1. art. 62, §1º, inciso I, alínea c, CF: **organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros**»;

art. 62, §1º, II, CF: **que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro**

art. 62, § 2º, CF: **Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.**

OBS: os impostos II, IE, IPI, IOF e Imposto Extraordinário apenas não respeitam o princípio da anterioridade.

2. Ano: 2019 Banca: FCC Órgão: TRF - 4ª REGIÃO Prova: FCC - 2019 - TRF - 4ª REGIÃO - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal

Certo grupo de senadores apresentou proposta de edição de resolução, pelo Senado Federal, para suspender os efeitos de decreto editado pelo Presidente da República, por entender que esse ato extrapolou os limites do poder regulamentar. A edição da referida medida pelo Senado mostra-se

- a) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que se trata de ato da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- b) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o ato do Poder Executivo deve ser submetido ao Poder Judiciário, a quem compete examinar eventual exorbitância dos limites do poder regulamentar.
- c) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que se trata de ato da competência privativa da Câmara dos Deputados.
- d) compatível com a Constituição Federal, devendo a resolução ser submetida à sanção presidencial.
- e) compatível com a Constituição Federal, devendo a resolução ser promulgada pelo Presidente do Senado.

Resposta: Letra A.

Art. 49. **É da competência exclusiva do Congresso Nacional:** V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

3. Ano: 2019 Banca: CS-UFG Órgão: Prefeitura de Goianira - GO Prova: CS-UFG - 2019 - Prefeitura de Goianira - GO - Agente Administrativo

No Brasil, são responsáveis pela criação das leis:

- a) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.
- b) a Presidência da República e o Ministério da Justiça.
- c) o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.
- d) a Procuradoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União.

Resposta: Letra A.

O responsável pela criação das leis em nosso país é o **Poder Legislativo**, que em nível federal é composto pela **Câmara dos Deputados** e pelo **Senado Federal**.

4. Ano: 2019 Banca: MPE-SC Órgão: MPE-SC Prova: MPE-SC - 2019 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Matutina

Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo.

PRIMEIROS DOIS ANOS: Eleições **DIRETAS** pelo povo em **90 dias**.

ÚLTIMOS DOIS ANOS: Eleições **INDIRETAS** pelo CN em **30 dias**.

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS. COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.

Nas comissões, as propostas são analisadas por grupos menores de parlamentares, devendo aprofundar o debate dos assuntos antes de serem encaminhados ao plenário.

Comissões que fazem parte do Congresso Brasileiro:

1. Comissões permanentes, em cada Casa legislativa separadamente. No Senado, além da Diretora temos as seguintes comissões permanentes:

- Comissão de Assuntos Econômicos;
- Comissão de Assuntos Sociais;
- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;
- Comissão de Educação, Cultura e Esporte;
- Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;
- Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
- Comissão de Serviços de Infraestrutura;
- Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo;
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;